



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
LIDERANÇA DO PSOL**

## **COMISSÃO DE CULTURA**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2019  
(Da Sra. Áurea Carolina e outras/os)**

Requer aprovação de Moção de Repúdio diante da propaganda de cunho racista veiculada pelas redes sociais do Ministério da Educação.

Senhor (a) Presidente (a),

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 117, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja aprovada moção de repúdio diante da propaganda de cunho racista veiculada pelas redes sociais do Ministério da Educação (MEC), no último dia 13 de junho. Em uma delas, o texto divulga o último dia de inscrições para concorrer a bolsas que dão 50% ou 100% para cursos de uma instituição privada. Na peça publicitária, a sobreposição de fotos cria a narrativa de que uma aluna negra entra na faculdade e sai branca com o diploma na mão. A imagem foi publicada nos perfis do MEC no Instagram e Facebook. Há, ainda, um vídeo da mesma campanha em que o rosto de uma jovem negra é completamente apagado pelo de uma jovem branca.

### **JUSTIFICATIVA**

As peças publicitárias descritas ganharam repercussão nos principais veículos de mídia do país, horas depois de terem sido publicadas nos perfis de redes sociais do Ministério, sob a acusação de que representam uma manifestação racista, pois indicam que uma jovem negra, ao receber diploma de nível superior, passaria por embranquecimento.

Compreende-se, portanto, que a opção do MEC por uma campanha que promove o apagamento simbólico de uma pessoa negra é reflexo do racismo institucional, revelado na publicidade que, apesar dos recentes avanços, ainda reforça os estereótipos contra essa população.

Cabe salientar o desprezo com que o Ministério tratou as realidades das populações afro-brasileiras, que tradicionalmente são excluídas dos espaços de mídia tradicional e têm impedidas as possibilidades de construir imagens



## **CAMARA DOS DEPUTADOS LIDERANÇA DO PSOL**

positivas sobre si e suas histórias nesse campo, ao afirmar em nota que "a intenção é enfatizar que as oportunidades são iguais para todos os candidatos, e a linguagem escolhida foi a sobreposição de imagens que demonstram a variedade de cor, raça e gênero".

O que se percebe da campanha do MEC, principalmente pela imagem que foi publicada nos perfis de redes sociais, é que a busca pela diversidade não é tão consciente e comprometida quanto se espera do ministério pilar para o desenvolvimento do país. O que se observa, na prática, é o racismo institucional e sua permanência na estrutura da sociedade brasileira.

Cabe salientar que o acesso às universidades públicas pela população negra e indígena somente foi possível por meio da ação do Movimento Negro Brasileiro, em articulação com o governo e organismos internacionais, para os debates da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em 1995, em Durban, na África do Sul. Pois, nesse espaço, se identificou a existência do racismo institucional impactando as possibilidades de desenvolvimento social e econômico da população negra.

Considerando que o racismo institucional se manifesta nas instituições públicas e privadas também de forma indireta, mas com ação poderosa, urge a necessidade de erradicar as desigualdades no ensino, por meio do aprimoramento das políticas públicas, para que cotistas negros e indígenas, acessem as universidades e possam conquistar o diploma sem que lhes sejam aniquiladas suas identidades raciais e étnicas, como propõe a campanha do Ministério da Educação.

O apagamento da identidade negra estimulada pela campanha publicitária do MEC condiciona a existência de 54% da população brasileira, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) aos critérios de superioridade já manifestados pelas políticas eugenistas no Brasil. A campanha desastrosa reforça, também, a importância do sistema de cotas, para por fim ao racismo e à exclusão social que impõem aos afro-brasileiros as mais diversas situações de vulnerabilidade e violências.

Diante disso – e de todas as outras ações já impetradas pelo fim da discriminação racial no país – depois de mais de 300 anos de escravidão, é imprescindível repudiar todas as manifestações de racismo e preconceito. Convidamos nossos pares e assumir a mesma posição.

Sala de Comissões, 17 de junho de 2019.



**CAMARA DOS DEPUTADOS  
LIDERANÇA DO PSOL**

**Áurea Carolina  
PSOL/MG**

**Ivan Valente  
Líder do PSOL**

**Fernanda Melchionna  
Primeira Vice-Líder do PSOL**

**David Miranda  
PSOL/RJ**

**Edmilson Rodrigues  
PSOL/PA**

**Glauber Braga  
PSOL/RJ**

**Luiza Erundina  
PSOL/SP**

**Marcelo Freixo  
PSOL/RJ**

**Sâmia Bomfim  
PSOL/SP**

**Talíria Petrone  
PSOL/RJ**